



Revista EaD & tecnologias digitais na educação

Educação a Distância no Contexto da Democratização e Inclusão Educacional

Marcela Guarizo da Silva, Deyvid Tenner de Souza Rizzo

Universidade Federal da Grande Dourados

marcela_guarizo@hotmail.com, deyvidrizzol@gmail.com

Resumo: No ambiente educacional busca-se refletir o que são e como estão sendo debatidos os assuntos relacionados com educação à distância e as relações das tecnologias da informação e comunicação, no Brasil, dando ênfase as questões referentes ao acesso educacional e a democratização do ensino na perspectiva da educação inclusiva no contexto da globalização. Identifica-se o estudo de tais temáticas de grande valia, pois a sociedade vem sendo transformada, em consequências dos avanços sociais, tecnológicos, econômicos e essa realidade não é diferente no processo educacional, o que implica em um estudo emergente para promover a Educação de qualidade e acessível a todos, efetivando a democratização do ensino, respeitando as diferenças socioeconômicas encontradas no âmbito social e escolar.

Palavras-chaves: Educação à distância; Democracia; Inclusão.

Abstract: In the educational environment we try to reflect what they are and how they are being debated issues related to distance education and the relationship of information technology and communication, in Brazil, emphasizing issues related to educational access and democratization of education in the perspective of inclusive education in the context of globalization. Identifies the study of such topics of great value, because society is being transformed impact of advances in social, technological, economic, and that reality is not different in the educational process, which implies a study to promote emergent Education quality and accessible to all, effective the democratization of education, respecting socioeconomic differences found in social and school.

Keywords: Distance Education; Democracy; Inclusion.

I. Introdução

As questões relacionadas à educação inclusiva e à democratização do ensino estão sendo debatidas amplamente no contexto atual da sociedade brasileira, ganhando um maior espaço nas discussões e preocupações da sociedade contemporânea, no âmbito social, educacional e no que diz respeito às políticas públicas. Esses debates são reflexos dos grandes impactos econômicos, políticos e culturais decorrentes dos avanços das tecnologias de informação e comunicação, em sua dimensão planetária, e tal realidade também pode ser evidenciada na educação, pois o conhecimento não se encontra somente entre os muros das instituições.

O estudo objetiva refletir sobre as práticas de ensino, seus protagonistas, ação pedagógica e metodologias referentes à diversidade sociocultural, econômica e ao acesso a educação de qualidade. Nesse sentido, é importante entender fatos ou indícios no contexto histórico que nos ajudem a perceber melhor as várias dimensões do processo de democratização das instituições de ensino torna-se relevante para compreendermos os avanços sociais que refletem o cenário educacional no âmbito atual.

Como metodologia de investigação, foram seguidos os parâmetros da pesquisa bibliográfica, cujo “propósito fundamental é a compreensão, explanação e especificação do fenômeno” (GAMBOA, 1997, p. 43). Quanto às referências utilizadas, buscamos refletir criticamente livros, documentos e artigos que abordam a temática, além do estudo de alguns autores que contemplam a didática na perspectiva de favorecer uma democratização do ensino. Essa atitude se justifica no estudo, pois consiste em “[...] conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer tipo de pesquisa” (KOCHE, 1997, p. 122).

2. Educação, a relação com a sociedade – breve explanação histórica

Na medida em que as relações sociais se modificam, surgem novas perspectivas socioeconômicas, transformando não só as relações entre os sujeitos, mas também suas necessidades de comunicação, convivência e interação. No âmbito educacional, essa realidade também se faz presente. Neste contexto, a fim de analisarmos com fidedignidade os objetivos educacionais, é necessário fazer um recorte na história da educação e refletir sobre os acontecimentos sociopolíticos que possibilitaram algumas mudanças conceituais e funcionais referentes ao papel da escola na sociedade, ocorridos na medida em que homem transformava suas condições e relações.

Até os anos 60, uma parte da sociedade reconhecia a escola como sendo instrumento de dominação social, com a função de reproduzir uma cultura estabelecida pela classe dominante, e dispendo de instrumentos utilizados pelas classes privilegiadas na luta econômica e social entre os grupos “dominantes e subordinados”. Essa visão de uma instituição de certo modo corrompida pode ser evidenciada em Althusser, quando aponta a escola como sendo um aparelho ideológico do Estado. Para o autor, a formação social é resultado de um modo de produção dominante. Porém o mesmo autor considera a instituição “escola” como uma ferramenta que pode ser utilizada em busca de uma revolução social. Essa reflexão pode ser comprovada em sua afirmação, quando o mesmo “alerta para a preocupação de Lênin em revolucionar, entre outros, o Aparelho Ideológico de Estado escolar, de modo a per-

mitir ao proletariado soviético, que se apropriara do poder, garantir o próprio futuro da ditadura do proletariado e a passagem para o socialismo” (1983, p. 58-59). Desse modo, para uma visão marxista, podemos concluir que a escola tanto pode ser instrumento de dominação quanto de revolução neste cenário de luta entre as relações de exploração capitalista e as classes sociais.

É possível que ainda em nossa atualidade existam indivíduos com pensamentos similares. Porém, na medida em que foram transformados os interesses sociais e as relações humanas, com difusão dos meios de comunicação em massa, surgiram novas formas de reconhecer a função da escola, algumas polêmicas e incertezas rondavam a sociedade. Há neste momento um decisivo interesse pela cultura e por suas formas de disseminação. A escola passa a ser acessível às camadas populares, oportunizando maiores relações entre os diversos sujeitos:

Os processos de ampliação de oportunidade de acesso à escola pública especialmente no que se refere ao ensino fundamental, ocorridos, a partir dos anos sessenta, que redundou, na atualidade, na quase universalização absoluta de acesso a esse nível de ensino, foram acompanhados por um forte comprometimento da sua qualidade, especialmente em razão de políticas públicas que pouco privilegiaram esse aspecto. (DALLABRIDA, 2006, p. 264)

Ainda na perspectiva de Dallabrida com essas políticas de implementação e acesso à educação, permitiu-se a inserção das camadas sociais, gerando um grande afluxo das classes populares à educação. Isso porque, nas décadas anteriores, a educação era um privilégio concedido às classes economicamente favorecidas. Neste período, a escola passa ser vista de forma diferenciada, isto é, como tendo uma cultura própria de funcionamento, porém essa massificação do acesso comprometeu em partes a qualidade, pois o professor passa a ter turmas numerosas, estreitando as relações dos envolvidos.

É neste viés que os sujeitos começam a ser evidenciados. Suas experiências passam a ser objetos de pesquisas. É um momento histórico em que o homem busca explicar algumas indagações para entender a si mesmo, o outro e a sociedade; começam a surgir algumas mudanças de paradigmas, necessidades específicas das novas gerações em relação aos direitos socioculturais.

Considerando os avanços históricos, percebe-se que a escola ela foi transformando-se e adaptando-se às novas exigências da sociedade, tornando-se um instrumento de luta pela reivindicação dos direitos humanos. A partir da década de 70, especificamente, a educação passou a ser vista sob a ótica dos direitos humanos e sociais, com uma nova visão de educação democrática e intercultural. Neste cenário de transformações, ocorreram mudanças no que diz respeito às práticas da educação escolar, que com os avanços sociais foi ganhando voz e passou a se organizar e a reivindicar os direitos dos sujeitos na busca de uma maior consolidação da cidadania e da democratização do ensino.

Observa-se que pelo progresso histórico que houve uma importante mudança na sociedade, e a escola vai lentamente se constituindo ao passo que se remodela a sua função. Começa a emergir uma nova política educacional na busca por uma escola para todos, à medida que as reivindicações socioculturais ganham espaço e força no cenário educacional. Tanto a instituição como seus integrantes caminham

lentamente no processo de uma consolidação. Neste momento não era possível negar que a escola não apenas transmitia cultura e saberes; com efeito, ela possuía sim uma cultura própria:

Num projeto em que se engajaram vários sujeitos (professores, literatos, juristas, políticas em geral, médicos, jornalistas), pertencentes a diversos estratos sociais, e grupos profissionais, a escola foi lentamente sendo produzida como instituição capaz não apenas de instruir e educar a infância e a juventude, mas de produzir um país ordeiro, progressista e civilizado. (FARIA FILHO, 1999, p. 24)

Tal como explica CHERVEL citado por FARIA FILHO (1999, p.22), pode-se apontar a escola como “sendo tanto produtora quanto produto da sociedade como um todo”, de modo que, se a escola é reflexo dos sujeitos sociais, somos também responsáveis por suas práticas. As formas de disseminação do processo de ensino-aprendizagem dependem de todos os envolvidos, não se podendo ensinar quando o alunado não se permite entrar neste processo. O envolvimento está associado ao interesse e ao êxito da aprendizagem, conforme salienta TARDIF (2002): “[...] Embora seja possível manter os alunos fisicamente presos numa sala de aula, não é e pode forçá-lo a aprender. Para que aprendam, eles mesmos devem de uma maneira ou de outra, aceitar entrar num processo de aprendizagem”.

No intuito de refletir sobre as dinâmicas desse processo de ensino-aprendizagem, é necessário compreender alguns conceitos e práticas que dizem respeito não apenas à educação fundamental, mas também ao ensino superior. Na busca pela definição do ato de ensinar, somos simpáticos ao conceito descrito por ZABALZA, segundo a qual,

[...] ensinar não é só mostrar, explicar, argumentar, etc. os conteúdos. Quando falamos sobre ensino, aludimos também ao processo de aprendizagem: ensinar é administrar o processo completo de ensino-aprendizagem que envolve em um contexto determinado, sobre certos conteúdos específicos, junto a um grupo de alunos com características particulares. (ZABALZA, 2004, p. 123)

O mesmo autor ainda complementa, afirmando que é necessário “não oferecer menos apoio que o necessário nem mais que o suficiente” (ZABALZA, 2004, p. 125). Podemos compreender que ensinar, nessa perspectiva, é uma ação pedagógica que não se restringe a facilitar, proporcionar, acompanhar e orientar o desenvolvimento cognitivo, ou seja, a aprendizagem. O processo de ensino exige do docente preparo específico para exercer essa função, que vai além da capacidade intelectual, exigindo novos comportamentos para identificar e resolver problemas, formular estratégias didáticas dinâmicas, organização e sistematização de etapas, assiduidade, sensibilidade para reconhecer erros metodológicos, cooperação e interatividade e, por fim, preparo para a pesquisa, administração e formação. A aprendizagem, assim, só concorrerá com a mudança de comportamento inicial ou ainda, como menciona Zabalza, “o sentido do aprender não está na simples acumulação de informação, por mais especializada ou prática que seja, mas no desenvolvimento da capacidade para organizar essa informação e tirar proveito dela” (2004, p. 222).

Para Del Prette et. al. (1996), um dos papéis do educador, enquanto participante, condutor e mediador de interações educativas precisa, além da competência profissional, um “leque” de habilidades sócio-cognitivas como planejar, avaliar e fornecer feedback, planejamento e coordenação de atividades de grupo, flexibilidade para mudanças na atuação, percepção das demandas imediatas do na escola, entre outras possibilidades que dizem respeito à formação do profissional contemporâneo, que está centrado nas relações interpessoais.

O ambiente educacional constitui-se das relações entre os diferentes sujeitos, recursos, ferramentas pedagógicas, metodologias, ambientes, práticas, técnicas, comportamentos, necessidades, habilidades e competências divergentes e distintas. Noutras palavras o processo educacional está imerso nas relações humanas, físicas, culturais, políticas e sociais. A aquisição de informações e conhecimentos em nossa atualidade não depende especificamente do docente. Percebe-se que as formas de aprendizagem vêm sendo modificadas ao longo das décadas. Com o advento da modernidade e os avanços que a ela são inerentes, a formação do cidadão crítico, participativo, atuante no âmbito social, permitiu uma transformação das relações humanas e o surgimento de novas formas de aquisição de conhecimento:

Estamos vivendo numa sociedade tecnológica muito diferente das sociedades tecnológicas da revolução industrial, porque com a informática, com a telemática, com a velocidade das informações, com multiplicidade de espaços novos onde se produz o conhecimento, sua disponibilidade e acesso, não é mais privilegio da universidade produzir conhecimento. Podemos pesquisar e adquirir informações de vários organismos e especialistas, empresas, publicações por meio do computador de forma direta e rápida. E assim como nós, também os nossos alunos. (MASETTO 2004, p. 68)

Cada vez mais as sociedades produzem instrumentos tecnológicos que viabilizam o contato e a proximidade entre os sujeitos em diferentes nações e culturas, transmitindo diversas informações, permitindo um diálogo entre os distantes, provocando mudanças nas formas de organização e de funcionamento dos organismos sociais. É essencial que essas questões sejam discutidas e repensadas. ARANHA (2006, p. 244) aponta essas novas realidades como sendo “responsáveis por mudar a face do mundo”, alegando ser necessário “repens[á-las] no processo educacional e nas atuais e futuras necessidades”.

Se o mundo tem passado por enfrentamentos diversos (e isso não é diferente na educação), a sociedade deve oportunizar meios para que se estabeleçam mudanças e se ofereça aos envolvidos suporte necessário para desenvolvimento da educação, ao professor uma formação mais completa que lhe permita a aquisição de conhecimentos e preparo adequado, levando em conta a compreensão das novas relações.

Pode-se afirmar que nesse momento, cabe a colaboração de Saviani (2003, p. 10), quando se refere à escola nova, para caracterizar a democratização proposta por meio da EAD, que cumpre,

[...] ao mesmo tempo uma dupla função: manter a expansão da escola em limites suportáveis pelos interesses dominantes e desenvolver um tipo de ensino adequado a esses interesses. É

esse fenômeno que denominei de “mecanismo de recomposição da hegemonia da classe dominante”.

3. Educação a Distância: aspectos históricos e perspectivas contemporâneas

As novas necessidades educacionais, desenvolvidas através das transformações sociais e políticas, permitiram mudanças tanto nas formas de comunicação e interação como no processo de desenvolvimento de competências e habilidades. Várias são as situações e eventos que têm ocorrido, fomentando o desenvolvimento da educação à distância de forma global e não apenas em nível nacional. Identifica-se que essa modalidade de ensino não é proveniente da era digital, como muitos imaginam, mas vem ocorrendo ao longo das décadas, na esteira do afloramento de diferentes metodologias, fazendo uma transição entre eras, ferramentas, objetivos até chegar à realidade da sociedade contemporânea.

A princípio o ensino a distância foi disponibilizado na modalidade de cursos por correspondência. Posteriormente foi propagado com o uso do rádio, sendo este mais acessível a camadas populares. Num terceiro momento se destacam as ferramentas de telefone, fax e televisão, dando suporte a essa forma de ensino, que também ganha força com o surgimento dos computadores, jogos e rede mundial de comunicação (internet). Percebe-se que na medida em que vão surgindo novos recursos de comunicação aumenta a necessidade de mudança na forma de ensino, educação e profissionalização.

A sociedade passa a exigir uma educação mais democrática, acessível e de qualidade, e os avanços socioeconômicos e políticos tornaram ainda mais visível essa realidade. Iniciativas e programas governamentais também contribuíram para a difusão desse ensino a distância, assim como os incentivos para universidades e fundações a que aderissem aos canais educativos. No caso do Brasil alguns problemas de adequações e o regime militar fizeram com que diminuíssem as iniciativas e a difusão da educação à distância, o que ocasionou um retrocesso no meio educacional nacional. Momentos importantes que influenciaram a Educação a Distância (EaD) foram a radiodifusão, a criação de institutos e as iniciativas de universidades. Na sociedade contemporânea pelo menos três organizações influenciaram a Educação a Distância sendo elas a Associação Brasileira de Teleducação (ABT), o Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação (IPAE) e a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED); todas representaram fortes influências para com a modalidade de ensino em questão.

Enfrentar o desafio de propor um ensino que busca respeitar essas diversas necessidades ainda é um grande desafio a ser vencido. Significa, sobretudo, romper primeiramente com os preconceitos subjetivos enraizados na própria sociedade, buscar constatar cada realidade social e cultural com a preocupação de traçar metas para atender a todos. Tornar o ensino mais democrático requer repensar antigas certezas e também, segundo Sartori (2002, p. 15), o esforço de propiciar “acesso à educação a pessoas que residem distante do provedor de ensino ou que, por outro motivo, não possam frequentar uma escola e, também, pessoas interessadas em metodologias de aprendizagem sintonizadas com as novas exigências corporativas”. Isso implica rever métodos e funções didático-pedagógicas. Possibilitar formação, especialização e capacitação nas diversas localidades do Brasil e do mundo não basta, é importante também garantir qualidade e suporte técnico especializado para

essa atuação, visando eliminar estereótipos pejorativos impregnados na sociedade, os quais não dão credibilidade a essa modalidade de ensino.

Diante dessas perspectivas e das exigências sociais, outro desafio é capacitar a escola com recursos tecnológicos e assistência técnica adequada, garantindo um ensino de qualidade para todos, mesmo nas mais remotas localidades. Intenta-se questionar pressupostos teóricos e implicações pedagógicas curriculares de uma educação que esteja voltada para reconhecer e compreender as dinâmicas implicadas pela presença das inovações socioculturais múltiplas no âmbito da educação.

4. O Trabalho Didático-Pedagógico e a Formação da Identidade do Profissional na Educação a Distância

O uso das tecnologias de informação e comunicação ou Tecnologias Aplicadas à Educação, de acordo com MIRANDA (2007), pode ser considerado um sinônimo de Tecnologias Educativas; contudo, trata-se de aplicações da tecnologia, quaisquer que sejam, aos processos educativos ou instrutivos. Esses recursos concomitantemente à modalidade de ensino à distância são adjuvantes para educação inclusiva, pois buscam permitir o acesso à educação em todas as localidades do território nacional, oportunizando um ensino de qualidade e democrático. Esta, por sua vez, é uma forma educacional amparada por lei e elaborada de acordo com necessidades específicas de ensino, com objetivos e metodologias direcionadas.

É necessário também que tal modalidade de ensino seja amparada por várias formas e ferramentas metodológicas, a exemplo a utilização do rádio e TV como recurso da educação à distância. Porém percebemos que a interação utilizada em ambos os recursos mostra-se limitada, gerando alguns problemas como incompatibilidade de horários e receptividade. O uso do computador para essa modalidade de ensino vem justamente tentar suprir as limitações: a internet busca minimizar essas carências, disponibilizando o acesso quando e onde for necessário, fornecendo uma maior interação aluno/ aprendizagem/ ambiente de ensino. Portanto, destacamos a relevância da internet para a EaD, na qual o aluno poderá exercer sua autonomia para gerenciar seu estudo. Para Masetto (2004, p. 138), “[...] a internet é um grande recurso de aprendizagem múltipla: aprende-se a ler, buscar informações, pesquisar, comparar dados, analisá-los, criticá-los, organizá-los”.

Devemos ter clareza em caracterizar os ambientes de aprendizagem virtual e presencial, visto que eles diferem uns dos outros. Na modalidade à distância esses espaços são denominados “Ambientes Virtuais de Aprendizagem” (AVA), os quais, por sua vez, possibilitam um autogerenciamento da aprendizagem. Neles, o aluno é quem determina a intensidade, ritmo, maneiras, recursos, de acordo com suas necessidades individuais, tornando-se o foco do processo. Porém essa característica requer uma responsabilidade ainda maior do discente, para alcançar os objetivos de ensino. As habilidades adquiridas são conseqüências de suas atitudes, tais como participação, pesquisa, interatividade, busca e resoluções de problemas e dúvidas, empenho, assiduidade e disponibilidade. A postura do docente também se diferencia em alguns aspectos, pois o ensino passa a ser reflexo das atitudes dos envolvidos. Quanto a isso, Masetto afirma:

Ao lado desses novos espaços profissionais de aprendizagem, surge outro: trata-se dos espaços ou ambientes virtuais criados pela informática e pela telemática. A oportunidade de alu-

nos e professores, pessoalmente e por interesse e motivação própria, poderem entrar em contato imediato com as mais novas e recentes informações, pesquisas e produções científicas do mundo todo, em todas as áreas; a oportunidade desenvolver autoaprendizagem e interaprendizagem pelos microcomputadores das bibliotecas, das residências, escritórios, dos locais de trabalho, faz com tais recursos sejam incorporados ao processo de aprendizagem uma nova forma de contatar com a realidade ou fazer simulações facilitadoras de aprendizagem. (2004, p. 82)

O trabalho docente exige, tanto do profissional presencial quanto do que atua na modalidade de ensino à distância, alguns requisitos básicos para uma boa atuação. Estes, por sua vez, são atribuídos como competências e habilidades provenientes tanto do conhecimento pedagógico “acadêmico” como de conhecimentos empíricos e “experiências”, sendo alguns desses requisitos primordiais para a ação do professor. Dentre eles, cabe destacar a necessidade de conhecer e dominar o conteúdo, ter clareza e objetividade para comunicar-se, saber identificar seus objetivos de ensino e associá-los ao processo avaliativo, ser criativo e dinâmico, interagir com seus pares e com os discentes, ser assíduo e pontual. São atitudes que se destacam na formação do perfil de um bom profissional, como ressalta Tardif:

Chamamos de epistemologia da prática profissional o estudo do conjunto dos saberes, utilizados realmente pelos profissionais em seu espaço de trabalho cotidiano para desempenhar todas as suas tarefas. Damos aqui à noção de “saber” um sentido amplo, que engloba os conhecimentos, as competências, as habilidades, (ou aptidões) e as atitudes, isto é, aquilo que muitas vezes foi chamado de saber, saber-fazer e saber-ser. (TARDIF, 2005, p. 255)

Em linhas gerais a ação didática e pedagógica, ou seja, o saber aliado ao saber fazer, o que ensinar, como ensinar e quando ensinar, deve estar associado a uma mediação dinâmica. Todos esses aspectos podem ser considerados e aperfeiçoados à medida que o educando atua como pesquisador buscando inovações e novas aprendizagens para melhor habilitar-se do saber pedagógico. Considerando esses apontamentos, percebemos que ambos os profissionais (presencial ou à distância) devem ter claros os objetivos pretendidos, buscando recursos metodológicos para melhorar, adequar e inovar sua mediação, ao passo que para os profissionais da EaD essa mediação é uma habilidade essencial a ser desenvolvida, pois é evidente que na educação presencial o contato direto “real” que lhe é disponibilizado permite captar impressões, expressões, postura e articulações dos discentes, oportunizando trabalhar com estratégias de interações tais como seminários, rodas de socializações, painéis, aulas expositivas, entre outras.

Ao lado dessas atitudes, deve-se destacar a interação e mediação mais atuante. Algumas dessas atividades devem ser metodologicamente revisadas e adaptadas aos objetivos propostos dentro da modalidade presencial ou à distância, considerando que são distintas e devem atender necessidades específicas. E a função de mediação tecnológica interativa será do tutor, e docente formador constituirá um elo entre ele e o alunado. Ou seja, ele deve articular as ações entre os sujeitos

envolvidos. Porém todo e qualquer processo de aprendizagem exige uma disponibilidade permissiva dos envolvidos para assim ocorrer. Na perspectiva de Masetto,

[...] novas atitudes deverão ser desenvolvidas também pelo professor, tais como: dar orientação mais constante aos alunos e não apenas durante as aulas; ter disponibilidade para atendimento; dominar ele mesmo os recursos da informática e telemática para poder usa-los como os alunos; aprender como se comunicar com seus alunos só por escrito, sem tê-los presentes fisicamente; saber orientar atividades e trabalhos a distância realizar mediação pedagógica à distância e, principalmente, planejar um curso com atividades à distância. Tal planejamento exige maior detalhismo e precisão, é impossível se improvisar nesse ambiente. (MASETTO, 2004, p. 83)

Enfrentar a tarefa de propor um ensino que busca respeitar a diversidade é ainda um grande desafio a ser conquistado. Significa romper primeiramente com os preconceitos subjetivos enraizados na própria sociedade, buscar constatar cada realidade social e cultural com a preocupação de traçar metas para atender a todos. Há muito a ser conquistado no que diz respeito à capacitação adequada de profissionais, pesquisas, iniciativas e políticas públicas que aparem a educação à distância em sua plenitude.

5. Considerações Finais

Diante dessas reflexões é possível perceber que a educação não é só uma reponsabilidade das instituições isoladas, mas sim resultante da própria sociedade. Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu art. 205, o aluno tem direito à educação ou, nos termos da lei, “a educação, é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Portanto, independentemente das necessidades específicas, toda criança e adolescente tem direito à educação, bem como à formação profissional, para que sejam consumados seus direitos de cidadão.

A educação contemporânea, segundo Gadotti (2000) é reconhecida como um processo que ocorre continuamente, relacionando saberes empíricos provenientes das experiências vivenciadas, o “conhecimento de mundo”, associado ao saber fundamentado, adquirido por meio de estudos, conceitos e conteúdos específicos determinados por áreas e “disciplinas”.

Contanto, estas, por sua vez, vão facultando a autonomia dos indivíduos, de modo que possam gerenciar o processo de aprendizagem, estipulando níveis de interesse, intensidade e novas configurações necessárias. Segundo essa perspectiva da educação, o processo de desenvolvimento cognitivo não está centrado apenas no discente e docente, e sim na coletividade colaborativa de todos os envolvidos, inclusive a família e a sociedade, exigindo uma flexibilidade da ação pedagógica, visto que o conhecimento e a aprendizagem não são reponsabilidades unilaterais, mas de todos os envolvidos, cada qual com funções específicas e diferenciadas. Articular a escola com a sociedade permite o reconhecimento e motivação de seu exercício; para isso, é preciso que os sistemas de ensino e as escolas se atentem à qualidade da

aprendizagem que está sendo desenvolvida, na tentativa de atender tanto as necessidades cognitivas como econômicas e sociais.

O projeto de ensino capaz de atender a todos será o verdadeiro instrumento de consolidação dos direitos humanos, numa dinâmica de transformação das práticas, no sentido do reconhecimento da aprendizagem não somente entre os muros da instituição, como também no interior de cada residência. Não basta dar acesso, é preciso atender as necessidades permanentes, reconhecendo a necessidade de um projeto social construído coletivamente. A escola se apresenta, assim, como espaço importante para dar continuidade ao esforço de levar as novas gerações a refletirem, com espírito crítico e participativo, sobre as relações que aquilo que nos coube como herança de um passado pré-colonialista e o que hoje consideramos como sendo o “moderno” da sociedade nacional. A igualdade de direitos não é algo a ser conquistado, pois está amparada por lei, e sim reconhecida e concretizada, a responsabilidade de promoção da consciência é um compromisso coletivo, do qual a escola e a sociedade não podem se isentar.

Referências

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos do estado. 1918 traduções de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro, introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque, RJ: Edições Graal, 1983.

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. História da Educação e da Pedagogia. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL. Constituição. Brasília: Senado Federal, 1988.

CHERVEL, André. Histórias das disciplinas escolares: reflexões sobre o um campo de pesquisa. Teoria e Educação. Porto Alegre, 2, 1990.

DALLABRIDA. Adarzilse Mazzuco. Escolarização e deficiência: a escolha da escola. São Paulo 2006.

DEL PRETTE, Z. A. P & Del Prette, A. Habilidades sociais: uma área em desenvolvimento. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

FARIA Filho, Luciano Mendes de & Vidal, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, 14, p. 19-34, 2000.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GAMBOA, Silvio Ancizar Sanchez. Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1997.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MASETTO, Marcos Tarciso. Competência Pedagógica do professor Universitário. São Paulo: Summus editorial, 2004.

MIRANDA, Guilherme Lobato. Limites e possibilidades das TIC na Educação. *SÍSI-FO/Revista das Ciências da Educação*, nº 3, mai/ago 2007.

SARTORI, Ademilde Silveira. Educação a Distância: novas práticas pedagógicas e as tecnologias da informação e da comunicação. In.: Revista Linhas, volume 3, número 2, 2002. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1192/1007>. Acesso em: 08 out. 2011.

SAVIANI, Demerval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 8ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

TARDIF, Maurice. Saberes Docentes e Formação Profissional. 5ª. Ed. Petrópolis, Vozes, 2002.

ZABALZA, Miguel Ángel Meraza. O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas. *Os professores universitários*. Porto Alegre, editora ARTM. 2004.